

ADVOGADO
EM EXERCÍCIO

REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas), composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para acompanhamento, estudos e monitoramento da implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinada no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

JUSTIFICAÇÃO

Os dados científicos são irretorquíveis sobre os efeitos do acúmulo de gases-estufa na atmosfera no aquecimento do planeta. Os gases são produzidos em quase sua totalidade pela atividade humana e produzirão consequências em longo prazo. Independentemente de quaisquer medidas restritivas que se tomem agora os malefícios ainda ocorrerão por décadas ou mesmo séculos.

São alterações globais que há muito demandam o esforço coletivo das nações, o que foi reconhecido marcadamente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, na qual um dos principais acordos assinados foi a Conferência-Quadro sobre Mudanças Climáticas, matriz do Protocolo de Quioto e de muitos outros acordos complementares e operacionais.

A Rio-92 representou a primeira abertura mais concreta para um debate sobre as severas agressões que o planeta está sofrendo, livre de antigos antagonismos ideológicos, de forma a se permitir a consecução dos objetivos globais de paz e desenvolvimento sustentável. *fm*

Hoje, 15 anos passados, não se pode abstrair os efeitos já catastróficos do aquecimento para a vida no planeta, com riscos iminentes, em escala geológica, para a sobrevivência humana. A perspectiva da transformação da Amazônia em um cerrado desértico em poucas décadas é por demais aterradora, não apenas pelos aspectos do provimento de biodiversidade ou estéticos, mas pela própria função de equilíbrio climático global que a gigantesca floresta desempenha. Neste sentido, além das ações gerais de combate ao aquecimento, cabe aos agentes públicos brasileiros maior eficácia na preservação da floresta, com uma discussão mais severa sobre as recentes medidas do Governo brasileiro relativas a concessões de exploração florestal, entre outras.

Despiciendo ressaltar que o acirramento das condições para a sobrevivência da vida na Terra implica, para agudizar o problema, em prejuízos imensos e quebras econômicas substanciais, que contribuirão simbioticamente para a debacle anunciada.

Os resultados comprovados pela ciência estão postos. A exemplo de outros regimes ambientais que se formaram (alguns com inegável sucesso como o do combate à depleção da camada de ozônio), foram os dados científicos que moveram as primeiras ações políticas. Para o bem da isenção da análise, entretanto, do ponto de vista das causas, há ainda que se considerar visões distintas que reputam as radiações solares e as correntes marinhas, por exemplo, como fatores igualmente ponderantes no acréscimo das temperaturas médias da Terra. A consideração das mais diversas abordagens científicas deve ser também objeto de reflexão pelo colegiado que se pretende instalar.

Cabe, com urgência, reforçar e empreender as diversas iniciativas no sentido do combate ao aquecimento global. Cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o acompanhamento e a formulação de normas necessárias para o desenvolvimento dessas políticas, assim como servir de canal de difusão e de ressonância das discussões para a população, que é a principal interessada.

Pelo o exposto, consideramos ser de interesse geral a criação dessa Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, motivo pelo qual acreditamos contar com o empenho e o suporte de todos os ilustres pares.

Sala da Comissão, 24 de fevereiro de 2007.

Senador

u t S ①

Paulo ②

A ③

MADEIRA CUNHA

h m h m h m ④

J. M. Suplicy ⑤

Luiz ⑥

Paula ⑦

⑧

Dr. Marcos Aurélio (Médico) ⑧

~~⑨~~

Camargo ⑩

Spencer ⑪

Wah A. ⑫



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ASSINARAM O REQUERIMENTO Nº 03 DE 2007 – CRE, OS SEGUINTESENADADORES:

- 1. HERÁCLITO FORTES, PRESIDENTE E AUTOR**
- 2. FERNANDO COLLOR, AUTOR**
- 3. MARCELO CRIVELLA**
- 4. MARCO MACIEL**
- 5. EDUARDO SUPPLY**
- 6. EDUARDO AZEREDO**
- 7. INÁCIO ARRUDA**
- 8. MÃO SANTA**
- 9. VALDIR RAUPP**
- 10. JARBAS VASCONCELOS**
- 11. ROMEU TUMA**
- 12. CRISTOVAM BUARQUE**
- 13. PEDRO SIMON**